

Conselho denuncia coordenador do Inamps

Rio — O Conselho Estadual de Saúde reforçou as acusações dos secretários estadual e municipal de Saúde do Rio contra o coordenador regional do Inamps Augusto Franco — irmão do presidente Itamar Franco. Ele está impedindo o processo de municipalização da rede do Inamps, diz a resolução do Conselho. O ministro da Saúde, Henrique Santillo, pediu, no ano passado, urgência na transferência das unidades hospitalares federais para a administração municipal, em vista da precária situação do atendimento no Rio de Janeiro, mas o coordenador não concorda. Augusto Franco afirmou que o secretário municipal, Ronaldo Gazzola, quer descumprir a lei e receber todos os imóveis do Inamps de uma só vez. “Eu só posso transferir os imóveis à medida que forem sendo feitos os inventários”, disse.

Gazzola rebate e acusa Augusto Franco de não cumprir o protocolo de intenções firmado entre o ministro da Saúde, Henrique Santillo, e o prefeito do Rio, César Maia (PMDB), em 12 de no-

vembro do ano passado, no qual ficou acertada a transferência da totalidade das unidades hospitalares do Inamps para o município, além do repasse dos recursos, via Fundo Municipal de Saúde.

Segundo Jorge Luiz de Almeida, membro do conselho e representante dos profissionais de saúde, a recusa de Augusto Franco em assinar a minuta de convênio está impedindo a reativação de mil 300 leitos e de 40 por cento da capacidade das consultas ambulatoriais. Pelo protocolo, o Inamps deveria repassar para a prefeitura cinco hospitais de grande porte, três maternidades e 16 Postos de Atendimento Médico (PAMs), que atualmente estão fechados ou funcionando precariamente, por falta de funcionários. Enquanto a situação não se decide, a rede de saúde pública do Rio de Janeiro vem atendendo à população só com os três hospitais municipais.

Para o representante dos profissionais de saúde é necessária a imediata implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) para que a contratação de novos funcionários, por concurso público, possa suprir a deficiência da rede hospi-

talar. “Um órgão em extinção não pode realizar concurso público”, diz Jorge Luiz. Segundo ele, há necessidade da contratação imediata de cinco mil 200 auxiliares de enfermagem, além de dois mil 600 médicos.

A briga entre Secretaria Estadual de Saúde e Inamps culminou na sexta-feira passada com a ordem de despejo, enviada pelo Inamps, para que a secretaria desocupasse o 7º e o 8º andares do prédio da Rua México, no Centro, em 72 horas. Em troca o coordenador do Inamps oferecia o 12º andar e uma das sobrelojas do mesmo prédio. O diretor técnico-científico da secretaria, Jorge Penna, disse que o 12º andar está em reformas por causa de um incêndio ocorrido em 1992 que destruiu o andar. A sobreloja, segundo ele, não tinha condições de abrigar os funcionários da secretaria.

Augusto Franco, no entanto, garante que o 12º andar está em melhores condições que o 7º e o 8º andares, atualmente ocupados pela secretaria. “Eu solicitei a troca em caráter emergencial”, disse ele.